**ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Realizada no dia 11 de fevereiro janeiro de 2021, quinta-feira, às 14h00, por meio virtual, com a utilização da ferramenta para videoconferência G*oogle Meet,* através do link: meet.google.com/mpn-tpgn-jjj**,** sob a coordenação da Profa. Dra. Ana Cláudia Balieiro Lodi. Participaram os seguintes membros: Prof. Dr. Elmir de Almeida, Profa. Teise de Oliveira Guaranha Garcia, Profa. Débora Cristina Piotto, membros suplentes Prof. Dr. Marcus Vinicius, Profa Elaine Sampaio Araújo, e os docentes convidados, Profas. Dras. Filomena Elaine Paiva Assolini, Noeli Prestes Padilha Rivas, Cristina Cinto Araújo Pedroso, Bianca Cristina Correa, Joana de Jesus de Andrade e Myriam Nunomura, e dos Profs. Sérgio César da Fonseca e Renato Francisco Rodrigues Marques. Profa. Ana iniciou a reunião às catorze horas, solicitando autorização para gravar a reunião. Houve concordância de todos. Agradeceu a presença de todos, dizendo ser esta uma reunião bastante importante para a coordenação e para o programa, por estarmos no fechamento do quadriênio de avaliação Capes/preenchimento da Plataforma Sucupira, e que, possivelmente, será necessário chamar algumas outras reuniões para se pensar em políticas para o programa; a participação de todos é muito importante, porque na medida em que as discussões avançam e as decisões são tomadas, todos estarão comprometidos. Em continuidade passou para o item **Expediente: Comunicados da Coordenação –** **INFORMES – 1º)** O PPGEdu conta com o apoio de novas comissões além da Comissão de bolsa CAPES-DS formada pela coordenadora, Profas. Noeli e Profa. Elaine Assolini, estando no aguardo da indicação da representação discente. A outra é a comissão da Página do Programa formada pelos Profs. Marcus Vinicius, Débora e a aluna egressa Jéssica Januário. Profa. Marcus Vinicius sugeriu que antes de dar andamento aos trabalhos seria interessante saber o que realmente é possível ser alterado na página pelo programa e o que é de responsabilidade do setor de informática, não sendo possível a realização de alterações pela Comissão. Professores Elmir e Teise deram apoio a proposta por terem experiências anteriores. Profa. Teise informou que há possibilidades de se criar abas dentro da página do programa, como por exemplo a aba “Bolsa” que foi criada há pouco tempo. O que não podemos alterar são as configurações, cores e formato. Profa. Ana diz que a partir das contribuições da comissão pode ser possível negociar com a Elaine Bovo, do Setor de Informática. Profa. Ana falou ainda sobre a terceira comissão a ser criada para acompanhamento de egressos, onde temos a Profa. Teise que se manifestou prontamente a participar, e para compor seria ideal seguirmos a mesma linha, tendo mais um docente e um discente em sua composição. Prof. Elmir e Prof. Renato se dispuseram a compor a comissão. Prof. Elmir comentou que Edmar, seu ex-orientando tem um formulário pronto que utilizou em sua dissertação e que está disponível no google forms, sugerindo que se faça nele adaptações que dizem respeito especificamente aos objetivos; houve concordância. Profa. Teise citou que para esta comissão a representação discente também é importante. A comissão iniciará suas atividades de imediato. Profa. Elaine Sampaio comentou que um dos pontos a serem tratados nas entrevistas dos alunos bolsistas é a necessidade de eles fazerem fazer parte das comissões, até para entenderem o papel político que possuem. Profa. Teise comentou que temos duas pessoas em três comissões, os demais não se interessaram. Portanto o apelo será feito aos 11 bolsistas. Como último informe, o aluno Lucas Alexandre Pires informou que houve 110 inscritos para a oficina que foi por ele ministrada “Projeto de Pesquisa: dos conceitos à elaboração e apresentação”. Profa. Débora parabenizou a coordenação e o aluno pela iniciativa. Não havendo outras informações passou-se para a **Ordem do Dia: 1 – Eleição para vice Coordenação do PPGEducação:** Profa. Ana Lodi disse que na última reunião da CCP onde foi eleita como coordenadora do programa não houve a eleição do vice-coordenador sendo portanto necessário realizar neste momento. Esclareceu que na última reunião da CCP dentre os membros titulares, Profs. Teise, Elmir, Ana e Débora, o nome da Profa. Débora foi indicada para o cargo de vice-coordenadora do PPGEducação, porém a mesma, ao ser consultada posteriormente, devido às suas condições atuais e pessoais, se justificou por não ter condições de assumir essa função no momento. Profa. Ana complementou dizendo que esse assunto foi motivo de longa negociação na CPG, a qual não entendeu, naquele momento, como o Programa elegeu a coordenação sem eleger o vice, e que após longo esclarecimento da parte da coordenação ficou acordado que o mais breve possível a CCP elegeria a vice-coordenação, sendo este o momento. Em seguida abriu a palavra aos membros. Profa. Débora agradeceu por todo o trabalho e dedicação realizados pela gestão passada realizada pelas Profas. Teise e Ana e esclareceu que não pode estar presente na última CCP por estar de férias. Agradeceu também pela confiança depositada na indicação de seu nome para a vice-coordenação, mas que neste momento, especialmente, por condições pessoais, não tem condições de assumir essa tarefa, porém como membro se coloca à disposição para contribuir no que for necessário. Profa. Teise fez uso da palavra dizendo que ficou preocupada com a exigência formal e com a necessidade de se constituir a coordenação do programa. Preocupada com a condição de não se resolver a questão da vice-coordenação e considerando a experiência acumulado do Prof. Marcus e do acompanhamento cuidadoso que ele vem fazendo ao longo desse período pandêmico, inclusive das discussões que a CAPES está chamando de “transição”, tomou a liberdade, como membro da CCP, de conversar com Prof. Marcus para compor com a Profa. Ana a Coordenação; diante disto faz a indicação do Prof. Marcus Vinicius da Cunha como vice-coordenador do PPGEducação. Prof. Marcus fez uso da palavra dizendo que geralmente a indicação é sucedida de agradecimento, mas que neste caso não seria agradecimento; disse que entende termos no PPGEdu um sistema de eleição muito problemática, porque as pessoas que se manifestam previamente, às vezes o fazem desejando ficar como suplente e acabam sendo eleitas como titular; talvez o ideal seria em forma de chapa, articulada previamente; no modo como se faz, às cegas, leva à situação atual. Disse que como membro suplente eleito não sabe como pode ser elegível como vice-coordenador, talvez tenha a necessidade de se fazer algum arranjo, mas em sendo, expressou suas condições, caso assuma a função, que sejam consideradas suas propostas onde se dispõe a trabalhar com a organização da página do programa, com documentos, apresentar proposta de edital, reunir comissão para discussão de processo seletivo, e outros nesta linha, já para as demais funções que envolvem situações políticas, nas quais há a necessidade de se contrapor a determinados grupos, por exemplo, ele não se encaixa por achar que não tem “esperteza e malícia política”. Só consegue trabalhar com equipe que tenha uma finalidade compartilhada e quando há dissenso tem dificuldade e não consegue se impor. Portanto, o programa precisa de pessoas que tenham condições de fazer estas tarefas. Não se sente confortável em assumir nenhum cargo na coordenação, mas diante do quadro aceita a proposta pela dificuldade imposta, e portanto, aceita a indicação com a condição de que não seja colocado em situações que tenha que fazer coisas que não seja capaz de fazer nesta altura de vida. Lembra que não é o melhor companheiro para a coordenadora Profa. Ana Lodi. Temos que pensar as alterações para as futuras eleições. A profa. Soraya manifestou apoio e agradeceu pela colaboração entendendo que todos tem limites que devem ser respeitados. Profa. Elaine Sampaio agradeceu as palavras do Prof. Marcus, pelos trabalhos já realizados pelas coordenações anteriores e apoia a futura discussão para eleições em novo formato. Disse ainda que os trabalhos podem ser pensados e divididos entre os colegas e se coloca à disposição para contribuir. Profa. Teise retornou agradecendo ao Prof. Marcus e disse que o programa chega em um momento de maturidade, estamos entrando em outra etapa da consolidação que não nos permite mais administrar o programa sem projetar uma qualidade maior nesse processo, por exemplo eleição por chapa faz parte. Defendeu que teremos, em um futuro próximo, que pensar em uma renovação dos quadros de coordenação e isso tem que estar em discussão hoje. Temos que pensar no projeto de programa que queremos e ele não pode ficar centrado na mão de uma ou duas pessoas. Para a composição da CCP, três titulares e seus suplentes é o mínimo exigido, podemos discutir a ampliação. Temos que fazer sim uma alteração para que o Marcus possa assumir como titular e, para isso, um dos titulares deve declinar e ir para a suplência. Profa. Noeli endossa as palavras das Profas. Elaine e Teise e, pela sua experiência na CCP até o ano passado, por muitas vezes estávamos em bem poucos nas reuniões e a coordenação tinha que tomar decisões em um curto período de tempo; a percepção da aflição de ter que resolver com quem estava ali era nítida. O programa está em crescimento, as reuniões não podem estar esvaziadas e precisa contar também com a presença dos alunos; os orientadores precisam fazer frente para melhorar isso. Disse também que entende a fala do Prof. Marcus com seu posicionamento e enfrentamento por ser igual a ele e, às vezes, sente certos posicionamentos como uma violência com ela mesma, ter que tomar uma decisão, ter que brigar e se colocar de frente; queremos outras formas de resolver as questões, e cada vez está mais difícil, há um embate cada vez maior na universidade. Pensa que o grupo de professores deve se unir tendo em vista ao programa que está crescendo. Aproveitou para informar que na segunda-feira participou da reunião na Universidade como representante da FFCLRP, indicada pela Profa. Teise para a “Comissão Didático Pedagógica”, composta por oito pessoas de vários campi. Foi decidido nesta reunião toda a programação do ano, que depois passará a todos. Serão vários encontros, seminários e discussões envolvendo os professores da universidade; para ela o dirigente, Prof. Carlotti, e também um membro, Prof. Luiz, ambos da FMRP, se anteciparam na elaboração e organização de tudo; a formação dos professores da Universidade de São Paulo passa por essa comissão que é ligada a Pós Graduação e não à Graduação. Prof. Elmir fez uso da palavra dizendo que entende Prof. Marcus e conhece os caminhos a serem trilhados, onde os embates nem sempre são internos, são externos, e que nem sempre gostaríamos de nos envolver e debater. Agradece a disponibilidade neste momento do Prof. Marcus e se coloca a disposição para contribuir com ambos, na coordenação, no que julgarem pertinente. Também na questão citada pela Profa. Teise, de que alguém tem que abrir mão da titularidade se coloca à disposição, lembrando que nossa composição da CCP se deu em 2011, em um quadro em que todos os programas estavam fazendo reformulações e a formulação que assumimos foi ditada externamente; talvez tenhamos que olhar para nosso regimento e pensarmos, hoje, com o avanço que construímos, com o momento que temos, se precisamos e como vamos mexer nesta composição. O PPGEdu assumiu esta feição de CCP muito em função de orientações da Pró-Reitoria para cursos em implantação, não era a forma que queríamos – uma CCP ampla e irrestrita. Profa. Débora fez uso da palavra agradecendo ao Prof. Marcus e ao Prof. Elmir por dispor da titularidade. Citou que a observação do Professor Marcus é perfeita em relação à eleição. Falou que realmente foi pega de surpresa com a indicação; lembrou que quando Professora Teise mandou e-mail e algumas pessoas se manifestaram, passadas algumas semanas, se colocou à disposição, escrevendo, no e-mail, “caso necessário” e como “suplente”, sendo esta sua preferência. Concorda com a colocação do Prof. Marcus quando ele diz que nós não temos controle da eleição e, talvez, outras pessoas tivessem mais disponibilidade e condições naquele momento. Considera fundamental mexermos nos procedimentos das eleições. Agradeceu novamente ao Professor Marcus dizendo que não participou da história da formação do programa por ter ingressado neste em 2014, finalizando, declina de sua titularidade, ficando como suplente e sugere que Prof. Marcus entre como titular. Profa. Ana agradece à Profa. Débora e diz ao Prof. Marcus que fica muito feliz de tê-lo como parceiro. A forma como foi construído o trabalho com a Profa. Teise, em parceria, na qual se respeitou os limites das duas; tem certeza que os dois – ela e o Prof. Marcus – conseguirão algo bem próximo. Disse que serão enfrentados tempos sombrios em termos de CAPES, mas que pelas manifestações, teremos um grupo que efetivamente irá apoiar esta nova coordenação. Agradece a todos a disponibilidade e, na esperança de que esse apoio se consolide, agradece, novamente, ao Prof. Marcus. Para a Profa Ana, o PPGEdu precisa começar a pensar em mudança e o próprio processo de avaliação CAPES já indica isso. O que estamos fazendo hoje, e o que nós vamos colocar no Sucupira até dia vinte de março, compromete o programa com os próximos quadriênios, esta é a seriedade e o perigo do que vai ser posto neste relatório. Em relação à CCP, disse que tudo pode ser revisto, mas isso implica em alterar as normas do programa, e tudo que se está evitando neste momento, é esta revisão, pois pode acarretar em um aumento da cobrança. Quando as normas do doutorado foram pensadas, a Comissão de Normas pediu para que nós “não elevássemos a régua” em termos de produção, publicação, porque somos um grupo pequeno; no caso do descredenciamento de um docente, o Programa não terá como sobreviver em função do número de mínimo de docentes permitido. Assim, tudo o que envolve a revisão das normas deve nos por alerta para pensarmos se será bom ou não para o programa. A CCP é aberta, ela pode não ser no papel. Profa Ana comentou ainda que a não eleição da vice-coordenação levou a um embate político sério; a PRGP foi avisada e solicitou que esta questão fosse resolvida o mais rápido possível; essas questões políticas vão ter que enfrentadas enquanto formos parte desta CPG. A CCP é este coletivo, não temos eleição, votação, onde só os membros titulares votam; se temos esta configuração titular suplente é porque ela nos é imposta. Quando se fala em CCP, ela é este coletivo que está aqui, e hoje estamos com quase a totalidade dos docentes. É esse apoio que esperamos no decorrer do processo. Prof. Elmir diz entender a preocupação em relação a revisão das nossas normas, precisamos sentar e perceber qual é o “tabuleiro” que estamos, para que possamos fazer as alterações que precisamos mesmo que seja em outro momento. Profa. Bianca pediu a palavra e disse que ao longo do tempo não tem participado oficialmente da pós, mas queria expressar publicamente o agradecimento à coordenação passada e agradece ao professor Marcus por fazer parceria com a professora Ana. Somos poucos e esses espaços são muito difíceis porque o grande problema é que somos muito pequenos e sofremos muitas imposições, são lugares difíceis de serem ocupados. Profa. Ana agradece e diz que dará um informe rápido para passarmos para o próximo ponto. Sobre o informe se alguém tiver dúvida pode-se conversar depois. Amanhã será enviado e-mail sobre pedidos de prorrogação de prazo - defesa e qualificação - datas de “maio”. Pede para que todos conversem com seus orientandos sobre prazos e quem precisar de prorrogação precisa enviar o formulário o mais rápido possível, porque está demorando muito o processo na Pró-Reitoria; são apenas dois funcionários trabalhando para todos os programas de pós-graduação da Universidade para realizar esta operação no Janus. Vai começar haver desligamentos e não é para discentes e docentes se preocuparem porque são desligamentos que serão revertidos. Ainda estamos recebendo pedidos de “março” e nestes casos é quase certo que os mestrandos serão desligados; o aviso é uma tentativa de poupar esse estresse ao aluno. Temos que ficar atentos com os três meses de antecedência ao prazo de prorrogação, por exemplo março para junho, abril para julho. Prof. Teise disse que queria compartilhar sua experiência com sua aluna que pediu tardiamente a prorrogação e que no sistema nem consta ainda nem o desligamento e também não saiu a prorrogação. Profa. Ana lembrou que o Janus está desatualizado porque é único que não dialoga com o sistema USP. Sandra todo mês encaminha e-mail alertando sobre os prazos. Profa. Débora pergunta se os três meses serão mantidos. Profa. Ana disse que a circular 62 está mantida e não é possível enviar pedidos com antecedência maior aos 3 meses. Profa. Teise pediu a palavra para informar que ela e a profa. Ana participaram da EXPO-Pós Graduação (na terça feira) sendo uma das palestras a do Prof. Benedito presidente da CAPES que reiterou as necessidades de realinhamento dos Programas de Pós graduação no país. Realinhamento da avaliação, da política, e da distribuição de recursos, o que faz com que se tenha processo de avaliação e olhares sobre os programas de pós-graduação diferenciados dos que tivemos. Citou que o PPGEducação é pequeno, mas está crescendo com a chegada do Doutorado, e temos que estar atentos às mudanças que virão. Profa. Ana, sem mais comentários, passou para o próximo item da pauta: política de auto avaliação. **2.** **Políticas de auto avaliação do PPGEducação.** Foi encaminhado aos membros por e-mail um documento sobre o que implica essa política, que será projetado para discussão. Desde o final do ano, como professora Teise vinha falando, desde o FORPRED, toda a Plataforma Sucupira está sendo construída a partir de três quesitos - programa, formação, e inserção social – e quase a totalidade dos itens que os compõe, envolve políticas. Uma delas é a política de autoavaliação do programa. A proposta atual da avaliação da Capes, visando os próximos quadriênios, é de termos um “planejamento estratégicos” para esta autoavaliação, a descrição dos instrumentos, de como ocorre a avaliação docente; isso implica em uma política sistemática de credenciamento, acompanhamento, recredenciamento e descredenciamento de docentes. Outro ponto é ter a percepção do Programa a partir dos olhos dos alunos e dos egressos, dizer como ocorre esse canal de comunicação em termos de participação docente, discente e de egressos no que diz respeito às críticas e às sugestões ao programa. A coordenação de área, na última reunião realizada, sugeriu que pensássemos nessa política e que os programas avaliassem a pertinência de se instituir uma comissão interna, composta por docentes e discentes a fim de ser possível a manutenção desta política no decorrer dos quadriênios. Outra sugestão dada seria não ter uma comissão interna, mas que fosse chamada uma comissão externa para essa avaliação, como por exemplo da UFRGS, ou ainda a centralização dessa política na coordenação, o que além de insano, não ser muito bem visto pela coordenação de área e das pessoas que fazem a avaliação. Profa. Ana reiterou que ela e a Profa Teise precisam de auxílio, porque são questões que dão continuidade ao programa. Passou a palavra para a Profa. Teise que está diretamente envolvida com a Plataforma Sucupira. Profa. Teise disse que estamos encerrando o quadriênio de transição, estamos transitando para essa lógica que é totalmente ancorada no planejamento estratégico, na apresentação dos itens que compõem o plano estratégico de trabalho: missão, valores, enfim. Nós não temos ainda uma política de autoavaliação constituída sobre os aspectos diversos, seja do corpo docente seja do trabalho pedagógico realizado pelo programa; estamos, neste momento, fechando quadriênio em 2020, fazendo indicações de movimentos que estamos assumindo como iniciais na construção dessa política, além da avaliação institucional que todo ano acontece desde 2018, embora não tenha acontecido este ano. Para este final de quadriênio, o que nós vamos informar é o esforço que nós estamos fazendo para constituir essa política e alguns resultados. Nós temos que construir de fato essa política inclusive porque o que informamos agora no final do quadriênio não pode ser a negação do que vai ser no futuro. É uma informação, mesmo que embrionária, do projeto que será desenvolvido no próximo quadriênio. A demanda maior é de apresentar ações em direção a construção de uma política de avaliação do que exatamente a própria política consolidada; não teríamos inclusive condições de apresentar isso agora, mas precisaremos dizer que estamos trabalhando na construção dela. Temos movimentos de aproximação de egressos que representam formas que o programa começa a produzir a autoavaliação, exercitarmos de uma maneira não regular os seminários e reuniões de avaliação. Temos algumas ações pontuais que indicam que não estamos alheios a necessidade de autoavaliação, mas nós não temos uma política. Neste viés estão também as políticas de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento docente, precisamos constituir um conjunto de normas internas e que, defende, não precisará constar das normas do programa, pelo menos não neste momento. O que vamos apresentar é que somos um programa com esforço de estabelecer uma política de autoavaliação em várias frentes. Precisamos sinalizar essas frentes. Profa. Ana complementou a explicação da Profa. Teise, dizendo que uma das questões que a todo momento é enfatizada é a relação dessa política do programa, olhando sempre para o plano institucional, que por acaso nós ainda não temos. Essa intersecção entre a política do programa e o que a USP tem como política, que fica na avaliação externa, e que foi o primeiro movimento nos anos 2018 e 2019, mas parou. Prof. Elmir disse que estamos em final de gestão e não teremos. Disse que no item A, o planejamento estratégico do PPG, temos também que colocar a Capes porque qualquer planejamento que venhamos a fazer temos que olhar para o interno e externo. Profa. Elaine Sampaio pergunta em termos práticos e objetivos, o devemos fazer. Criaremos um documento em resposta para ser anexado no Sucupira? Citou como exemplo a Federal do Paraná, que tem esse documento, sendo bem próximo do roteiro aqui apresentado. Pergunta como será objetivado esse processo dos procedimentos de resultados da autoavaliação. Profa. Ana explica que os itens elencados no documento em projeção é o que está sendo pedido em diferentes partes do relatório, ou seja, a política de autoavaliação vai estar presente em diferentes itens dos três quesitos que sustentam hoje a avaliação. A proposta é o estabelecimento de uma avaliação multidimensional, que busca a intersecção entre os itens/quesitos. A política delineada hoje será sim cobrada, mas apenas daqui a quatro anos. Profa. Elaine pergunta ainda se em termos práticos teremos que elaborar algum documento articulando os eixos. Explica que seu questionamento é para que todos saibam o que deverá ser feito, conseguirmos nos organizar e dividir as tarefas para não termos trabalho duplicado. Profa. Teise fez uso da palavra e disse que para responder à pergunta de Elaine iria compartilhar a tela da Plataforma Sucupira. Profa. Teise projetou a tela e explicou a parte qualitativa do relatório Capes, que, hoje, é composta por sete itens. A Plataforma foi alterada em relação aos anos anteriores e inserido um item denominado “impacto do Covid nas ações do programa”. No item “programa”, que é quando se apresenta a política do programa, temos a articulação e aderência das disciplinas, perfil do corpo docente, compatibilidade com adequação da proposta; no item 1.3, que será redigido apenas para 2020, está o planejamento estratégico do programa. Neste item, conforme expôs Profa. Ana, é que deve se ter a articulação entre o planejamento do Programa e o planejamento estratégico da Universidade. Teremos que apresentar o conjunto, a missão, valores, um pouco na estrutura que nós já fizemos para o plano do departamento. Profa. Teise complementa dizendo que esse ponto foi muito discutido no seminário de meio de termo, porque o planejamento estratégico não é a única forma de se estruturar um plano de trabalho. Adotar esta linguagem, esse formato, é uma opção política, mas é uma opção que está posta. Na sequência temos que fazer a indicação basicamente o que não pode faltar: “metas”, “objetivos” e “ações”. No item final deste quesito, 1.4, temos a apresentação da política do programa. Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do programa, com foco na formação discente a produção intelectual, sendo este o lugar onde vai se apresentar os instrumentos que nós utilizamos para produzir a nossa avaliação e principais resultados. Temos que produzir um texto e este volta a aparecer em outros itens do próprio coleta. Para sermos coerentes e honestos com nosso trabalho, temos que apresentar esse esforço que estamos fazendo de Constituição de uma política. Já no quesito dois - “Formação”, temos que falar sobre a “qualidade das teses”, “qualidade da produção discente”, “destino”, “atuação” e “avaliação dos egressos”. No quesito Formação há um sub-item importante que é como os egressos avaliam a formação que receberam; o que for colocado neste item, deverá ser coerente com o resultado de um procedimento indicado no item 1, quando apresentamos a avaliação. Esse é um exemplo de como as informações vão se cruzar. “Qualidade e envolvimento do corpo docente em relação às atividades da formação no programa” Vamos falar da participação, orientação, integração das comissões. Profa. Teise finalizou a apresentação dizendo que essa é a ideia. Profa. Elaine Sampaio disse que achou bastante e esclarecedor. Profa. Teise informou ainda que será necessário tomar cuidado, pois o que for produzido agora no fechamento do quadriênio em termos de política de avaliação, provavelmente, será checado com as informações que constarão do relatório do próximo quadriênio, ou seja, este é o quadriênio em que fazemos promessas. O programa constrói uma política e daí, entendo pela informação que nós tivemos, ela vai ser checada daqui a quatro anos. Então só para pensarmos que a produção do texto agora terá uma consequência lá na frente. O texto precisa ser cuidadoso nesse sentido. Prof. Renato fez uso da palavra dizendo que chamou sua atenção a questão do planejamento institucional; ele tem participado do preenchimento da Plataforma, por estar na condição de vice-presidente da CPG da EEFERP, e lá se está considerando, como plano institucional, o da Unidade. Disse que seu comentário está atrasado porque levantou a mão lá atrás, logo após a fala do Prof. Elmir, mas é nesse sentido – usar o plano da Unidade – que acha que pode ser uma solução, um norte para o Programa. Profa. Ana disse que esse primeiro exercício foi feito no ano passado, usando o plano do Departamento e da Unidade, porque os dois dialogam diretamente. Prof. Elmir, concordando, reitera o uso do “projeto acadêmico da unidade”, elaborado a partir do plano do Departamento que, por sua vez, teve como base os projetos individuais de cada docente. É um documento importante e seria importante olhar para ele. Prof. Marcus conclui, então, dizendo que, em termos de linha do tempo, para este relatório, bastaria indicar ações já previstas naqueles documentos, o próximo passo seria então, com base no plano da Unidade, estabelecer o plano estratégico do programa: missão, meta, indicadores, ações, resultados, etc. Acredita que para isso, seria importante a constituição de um grupo, uma comissão, para fazer a leitura do plano Institucional e pensar em como ele se aplica ao Programa para as exigências da Sucupira. Em um terceiro momento, seria importante formar uma comissão de autoavaliação, que se responsabilizaria, quando a política estiver pronta, de fazer a autoavaliação e, nesta poderia haver, se for avaliado como necessário, membros externos. Profa Ana complementa dizendo que, nesta direção, seria importante já indicar na Sucupira, que foi formada uma comissão constituída por “x” docentes internos e discentes ou que serão convidados membros externos, mostramos o movimento para a construção de uma política a ser consolidada nos próximos quadriênios. Prof. Elmir lembra ainda que há também o processo de avaliação externa da unidade e que os avaliadores também dialogam com a pós-graduação, uma outra referência que poderíamos, se julgarmos pertinente, usar. Profa Teise, sintetizando as colocações dos Profs. Marcus e Elmir, coloca que estamos decidindo por duas ordens de informações: uma é o que fazemos de maneira embrionária internamente ao programa, a outra diz respeito ao que a Universidade já construiu. Lembra que no relatório de 2019 nós já iniciamos este último diálogo, puxando do plano acadêmico alguns elementos para compor a autoavaliação do Programa; nesse sentido os avaliadores podem visualizar, no texto, o conjunto de ações que o programa já tem desenvolvido ou desenvolveu no quadriênio, o processo de avaliação externa dos departamentos e da Unidade e os dois anos de avaliação promovida pela PRPG, imagino que em uma tentativa de antecipar as demandas da Capes, indicamos o que a Universidade desenvolveu em termos e avaliação institucional. O segundo bloco que compõe o texto é a consolidação, a implementação, a constituição de uma política de avaliação, que movimentos e que propostas o programa tem, que organização o programa pretende ter. Profa. Teise lembra de uma colocação do Prof. Verhine: “é importante que o programa tenha um cronograma de ação para que no quadriênio ele se articule organizadamente”, no que eu acho que está correto. Prof. Elmir fez uso da palavra para dizer que só para recordar a todos e pensando naquela listagem de itens em projeção, que nossa avaliação interna pela USP como docentes também tem que aparecer, porque nós somos também avaliados a partir de comissões institucionalizadas pela Universidade de São Paulo a partir da formulação de um projeto no qual declinamos quais eram as nossas prioridades; quando fizemos nossos projetos, nós necessariamente dialogamos com a pós-graduação em um conjunto de itens que rebatem por exemplo na questão do credenciamento, da produção intelectual, e nas nossas relações de parceria, como instituições nacionais e internacionais, etc. Prof. Marcus com a palavra falou que, para o momento ou para os próximos meses, o que nos cabe é começar o texto para finalizar a Sucupira, como primeiro ponto, para em seguida constituir um grupo de trabalho para começar a articular os documentos que foram mencionados e este grupo terá um prazo, por exemplo, até o final do semestre, para apresentar alguns resultados. Profa. Ana concorda dizendo que, como próximos passos, a Comissão precisa já ter este primeiro movimento de olhar os planos acadêmicos e o plano da unidade, o que nós, como Programa, nos comprometemos com a Unidade e isso precisa ser feito até 20 de março. Prof. Elmir alertou para não esquecermos que esse projeto acadêmico é quinquenal. Então é 2018 a 2022, e após este período, todos os docentes da universidade serão avaliados por ele, a partir de diferentes comissões. É um processo que já está em curso. Profa. Elaine disse que nós já temos, de certa forma, um documento, um processo que vem sendo feito, e a pós não está alheia a esse movimento todo da graduação, a articulação entre pesquisa ensino e extensão que está presente nos Prado, temos, portanto, um instrumento e um procedimento. Prof. Elmir lembrou a todos da seriedade, rigor, lisura do processo. Nós tivemos uma comissão externa para avaliar os nossos Prados, que foram aprovados tanto pela faculdade quanto por uma comissão que acompanha esses Prados. Estes documentos seriam, segundo o Prof. Elmir, uma referência, o que não nos impede de pensar que vamos ter que criar uma comissão só da nossa pós graduação, interna ou com membros externos, para avaliação do nosso trabalho na pós. Profa. Elaine Sampaio acha que, ao citar estes procedimentos, mostramos que é uma prática que já fazemos e que ela não é exclusiva da pós, que, na verdade, busca a articulação de nossas ações no interior da Universidade. Profa. Débora fez uso da palavra afirmando que os Prados são nossos projetos individuais, mas para além disso, pergunta se coletivamente haverá a necessidade de fazermos uma discussão, se enquanto coletivo que somos, queremos colocar mais alguma coisa neles ou não. Ou seja, para além do que temos, devemos pensar em algo mais? Uma pergunta pragmática: que tamanho que este texto deve ter? Só para se ter ideia de quantos caracteres podemos usar. Profa. Teise disse que nos campos de preenchimento desse material qualitativo na plataforma, podem ter em cada um deles até 40.000 ou 45.000 caracteres; um artigo de 15 ou 20 páginas, para cada item dos quesitos. Há bastante espaço em cada item, só não pode ter gráfico, tabela, nada porque não tem formatação para isso, é texto. Profa Teise lê o compilado de ideias que ela foi anotando no chat do Google Meet: “*procedimentos de avaliação institucional dos quais o programa faz parte (Prados, unidade, PRPG) indicando que a atividade da pós não se dissocia de outros campos de atuação, no âmbito do programa: acompanhamento inicial de egressos, esforço na organização de seminários e reuniões de avaliação ao longo do quadriênio, constituição de comissão para consolidar política de autoavaliação envolvendo processos de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento docente; acompanhamento de egressos; escuta de estudantes e egressos e os resultados que temos dessas avaliações”*. Seria este o teor do texto para responder ao quesito 1.4: processos *procedimentos e resultados da autoavaliação do Programa, com foco na formação discente e produção intelectual.* A Profa. Noeli fez uso da palavra dizendo que sua pergunta é um pouco na direção do que o Prof. Elmir colocou e a Profa. Débora questionou: a comissão do DEDIC que foi feita para os Prado e demais ações, é uma comissão que já terminou o trabalho? É uma comissão do departamento que ainda está atuando? A outra pergunta: há uma comissão de avaliação da Faculdade de Filosofia na pós-graduação ou é por programa separado? Essa comissão específica de avaliação, ela é nova ou tem relação com uma outra comissão já foi criada nos outros programas na Filosofia? Profa. Teise respondeu dizendo que existem programas que já tem comissões externas de avaliação para discutir especificamente questões de credenciamento, descredenciamento e recredenciamento. Agora a comissão que nós estamos discutindo aqui, nós estamos fazendo por um movimento de indução da CAPES; pode-se seguir a mesma linha de alguns Programas, como a Psicobiologia e a Química, ou a transformamos em algo maior, mais significativo. Esta discussão é nossa, não tem nada a ver com outros programas. Aliás, acho que uma questão, por exemplo, a Profa. Ana já falou, que é a comissão da UFRGS que, para elevar a nota do Programa, incluíram nas normas de credenciamento um número elevado de publicações, a Universidade Federal do Paraná também fez isso, no momento de avaliar, é constituída comissão externa para promover o recredenciamento ou o descredenciamento docente. Isso implica em questões políticas e problemas internos, este debate existe, mas acho que o nosso programa tem um jeito de fazer como a Profa. Ana disse, muito diferente. Dando sequência Profa. Teise disse que fez um esboço, um rascunho, das proposições para organizar o texto que vai para Plataforma Sucupira - item 1.4. Antes disso, Profa. Joana, que havia pedido a palavra, disse que se assusta um pouco quando se coloca o termo da necessidade da descrição de uma política, porque aquilo que nós temos nos nossos projetos, pelo menos o que eu tenho no meu e outros colegas do meu Departamento tem, são proposições, do meu ponto de vista, mais pragmáticas no sentido de prestar contas àquilo que nos é cobrado: números, produção, manutenção do grupo de pesquisa, dos orientandos, impacto social, visibilidade da universidade, enfim, são metas e objetivos diretos; minha preocupação é por entender que não somos autônomos ou que temos consciência de nosso posicionamento político quando descrevo o que farei em um determinado período, eu me sinto mais respondendo a uma política que já existe, seja da Capes ou seja da universidade; política para mim é algo mais complexo do que a descrição que agora nós temos, obviamente, nesses projetos que vão nos ajudar nessa prestação de contas mais imediata. Profa Teise assinala à Profa Joana que, embora sua colocação traga aspectos importantes e que não são de concordância de todos, não há tempo para uma discussão tão densa quanto merecia. Prof. Renato disse que chamou sua atenção a questão do credenciamento, recredenciamento e descredenciamento, eu recordo que antes da pandemia, em 2019, foi publicado o novo Regimento da Pós-graduação da USP e que todos os programas tiveram que rever suas normas. Na reunião que contou com a visita do Prof. Carlotti no programa da EEFERP, esse foi um ponto muito delicado e ficamos um bom tempo discutindo com ele as nossas normas de credenciamento e recredenciamento. Segundo o Prof Carlotti, tínhamos que tomar uma decisão com muito cuidado, para que não fosse preciso alterar as normas tão cedo. A ideia era refazer os regulamentos, os Regimentos das CPGs e as Normas dos programas, que atendessem ao novo Regimento de Pós-graduação da USP sem alterá-las a curto prazo. Profa. Ana disse que as normas foram alteradas na proposição do doutorado, a Profa. Teise foi para São Paulo e negociou com o Presidente da Câmara de Normas. Como dito antes na reunião, a orientação era para não “elevarmos muito a régua”, para não darmos “um tiro nos próprios pés”. No entanto, estamos hoje com uma nova comissão que, se analisar nossas normas, irá demandar uma maior exigência em nossas normas, especialmente para credenciamento e recredenciamento docente. Prof. Renato disse que, inclusive, à disputa foi essa, Prof. Carlotti queria o Programa subisse as exigências consideravelmente, se fizéssemos, íamos perder docentes então pedimos à ele para ter calma. Profa Teise comentou que isso ocorreu com os Programas da Biologia quando tiveram que alterar as normas. A PRPG não aceitava o que os Programas haviam posto como normas de credenciamento e todos estavem preocupados porque perderiam docentes, principalmente aqueles que atuam na área da Educação.

Profa. Ana lembrou que já temos a nossa política de credenciamento e recredenciamento e ela foi aprovada institucionalmente. Prof. Elmir pediu desculpas e disse que se nós temos a de credenciamento, nós temos necessariamente a de descredenciamento ainda que não sob esse título, porque se não atendermos aos pontos exigidos, não podemos no credenciar novamente. Isso o deixa relativamente tranquilo, porque quem diz o que é, diz também o que não é. Em sendo assim, Prof. Elmir defende a não alteração dos nossos critérios, o “facão” já vai ocorrer com os Prados. Profa. Débora pergunta se os Prados para a Capes não dizem nada. Prof. Elmir diz que sim, pois é uma política institucional instaurada por esta gestão.

Profa. Elaine diz que não precisamos ter questões, procedimentos, instrumentos paralelos, se já existe um, por que criar outro? Sabemos o que a USP significa, não somos só nós, um programa pequeno; e os demais? Infelizmente a USP sempre se sobrepôs às outras Universidades, este Prado não terá nenhum valor? Profa. Ana diz que em função da hora fará uma sugestão de encaminhamento: o esboço de uma proposta ou a nomeação de um grupo para esboçar uma proposta a ser discutida na próxima CCP. Profa. Teise pergunta se seria uma proposta de texto? Profa. Ana explica que sua proposta seria a algo que indicasse qual vai ser a linha a ser adotada como política de autoavaliação do programa. Profa Teise, embora se colocando contra a centralização de atividades, pondera que no atual momento, o melhor seria que ela e a Profa. Ana assumissem a tarefa em função do curto período de tempo até a próxima CCP. A comissão poderia ser composta posteriormente. Profa. Ana pergunta se não seria bom o Prof. Elmir também participar, por ele ter atuado diretamente na avaliação da Unidade, Departamento, Prado.Prof. Elmir prontamente aceitou, dizendo que já temos os pilares e que a partir deles é possível a produção de um bom texto para a Sucupira. Profa. Ana pede a Sandra para que anote como ponto de pauta para a próxima reunião. Sandra confirma que anotará. Profa. Ana diz que ainda tem um ponto de pauta que é a questão da alteração da CCP, dizendo não saber se seria necessária nova eleição ou não ou se bastaria que um membro titular declinasse e, como primeiro suplente, o Prof. Marcus assumiria a titularidade. Para a Profa. Teise, o PPGEdu apresentaria para a CPG o declínio de um titular e a admissão de um suplente como titular e o imediato posicionamento dele como vice-coordenador. Sandra informa que é necessária nova eleição. O titular deve declinar e sair da comissão, a vaga fica aberta e deve-se eleger um novo titular para completar o mandato do anterior, tendo ainda que eleger o seu suplente. Isso configura nova eleição. Acordou-se que haveria eleição naquele momento e que esta seria por aclamação. A Profa. Elaine Sampaio sugere que este assunto seja incluído como item de pauta para que fiquei tudo registrado. Houve apoio. Profa. Ana procede com a inclusão do ponto de pauta “Nova eleição para CCP”. Prof. Renato reitera os cuidados necessários com o processo e, antes da eleição, deverá haver o declínio de um membro titular. Profa. Débora declina da vaga e diz que apresentará, ainda naquela data, carta de declínio para que a documentação ficasse completa. Profa. Ana propõe então nova eleição para preenchimento da vaga da Profa. Débora e Prof. Marcus é eleito por aclamação. Em seguida, também por aclamação, ele é eleito vice-coordenador. Sandra pede confirmação da composição da CCP, eleita nesta reunião: Prof. Elmir como titular, e Profa. Soraya como sua suplente, Profa. Ana como titular e Profa. Elaine Sampaio sua suplente, Profa. Teise como titular e Profa. Débora como seu suplente, Prof. Marcus Vinicius como titular e Profa. Andrea sua suplente. Houve confirmação e Profa. Ana fará um texto para envio à CPG informando a nova composição da Comissão Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Educação da FFCLRP. Não havendo mais nada a ser tratado, a Profa. Ana encerrou a reunião às 16h20, eu Sandra Helena Ferreira Rosa, secretária deste Programa, anotei, transcrevi o áudio, e assino a presente ata \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ juntamente com a Coordenadora Profa. Dra. Ana Cláudia Balieiro Lodi \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Ribeirão Preto, 11 de fevereiro de 2021.